



SIDNEY BITTENCOURT

COMENTÁRIOS À LEI DE CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E SUAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, atualizada)
Considerando o Decreto nº 6.514, de 22 de julho
de 2008, que Dispõe sobre as Infrações e Sanções
Administrativas ao Meio Ambiente

Prefácios

Gina Copola

Sergio I. Bittencourt

3ª edição revista e atualizada

Área específica:

Direito Ambiental e Direito Penal

Áreas afins:

Direito Constitucional, Direito Público, Direito
Urbanístico, Gestão Ambiental

Público-alvo/consumidores:

Advogados voltados para o Direito Ambiental e Direito
Criminal, Gestores Ambientais, Empresas de toda
ordem, Entidades públicas, Estudantes Universitários,
Concessionárias, Permissionárias, Institutos e
Fundações.

274 páginas

ISBN 978-85-7700-417-1

Formato: 14,5x21,5 cm

O professor Sidney Bittencourt, nestes *Comentários à lei de crimes contra o meio ambiente e suas sanções administrativas*, comenta artigo por artigo da Lei Federal nº 9.605/1998, com a invariável exatidão e proficiência que o notabilizam, sendo sabido que a primeira edição do livro, de 1999, foi pioneira ao abordar o tema.

Trata-se de obra que deve constituir um verdadeiro livro de cabeceira aos militantes do direito ambiental, pois denota aquela já imensa, mas, sempre crescente, preocupação mundial com o meio ambiente, a ocupar espaços cada vez maiores na mídia mundial e na atenção dos aplicadores do direito — qualquer direito.

O autor não foi insensível ao agudo reclamo da sociedade na proteção do ambiente sadio e idôneo, tanto que, naquele propósito, comenta a lei com inteira propriedade, propiciando relevantes lições de direito a todos os interessados, profissionais ou diletantes, e, sem qualquer favor, constitui um dos melhores livros existentes sobre o tema em nosso mercado intelectual e jurídico.

Gina Copola

Professora de Direito Ambiental e Administrativo.

Leio os originais desta 3ª edição de *Comentários à lei de crimes contra o meio ambiente e suas sanções administrativas* em meio aos infelizes fatos da catástrofe ocorrida em Nova Friburgo, Teresópolis e em outras cidades da região serrana do Rio de Janeiro. Não tenho dúvidas de que tal desastre decorre da invasão e ocupação indevidas do solo, com total complacência das autoridades. Além dos desmatamentos, essas invasões abarcam outros inúmeros delitos ambientais graves. Será que é preciso que ocorram essas situações, com mais de oitocentos falecimentos e milhares de desabrigados, para que os governantes voltem seus olhos para a questão? Frise-se, entretanto, que o triste acontecimento nada tem a ver com falta de legislação ou mesmo com leis mal idealizadas. A Lei de Crimes Ambientais e outras tantas (como, por exemplo, o Estatuto da Cidade) estão aí, prontas para resolução de problemas. E está aí o prof. Sidney Bittencourt, ensinando passo a passo, como é de seu estilo didático, a aplicá-la, numa obra que pioneiramente avaliou e explicou a matéria de forma engenhosa e contundente. Falta vontade! Falta dedicação! Falta vergonha! Espero que esse fatídico episódio permita que os governantes tomem providências definitivas. A leitura atenta deste livro que ora vem à tona, em edição atualizadíssima, certamente será um excelente começo.

Marcelo Aguiar

Especialista em Gestão Ambiental.

Motivo de maior preocupação mundial da atualidade, a preservação do meio ambiente se revela necessária e imprescindível para a continuidade da vida em nosso planeta. O entendimento e a correta aplicação dos preceitos constitucionais e legais nessa seara é, sem sombra de dúvida, o modo mais adequado para a conquista de nossa preocupação maior. Nesse passo, *Comentários à lei de crimes contra o meio ambiente e suas sanções administrativas*, de autoria do brilhante professor Sidney Bittencourt, constitui leitura que recomendo a todos aqueles que buscam o pleno entendimento da matéria, sendo fonte de consulta obrigatória de professores, estudantes e profissionais de consultoria e elaboração e execução de projetos.

José Henrique de Lima Moreira da Silva

Engenheiro Civil.

SIDNEY BITTENCOURT

Mestre em Direito pela UGF, consultor, parecerista e conferencista consagrado, professor de Direito Administrativo e Econômico, autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica.

Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Atos Administrativos da Diretoria de Administração da Marinha, órgão normatizador da matéria na Marinha do Brasil.

Administrador de Empresas.

Faz parte do Conselho Editorial da *Revista Síntese de Direito Administrativo*. É colaborador efetivo dos seguintes periódicos jurídicos: *Fórum de Contratação e Gestão Pública (FCGP)*; *Boletim Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública (DCAP)*; *Informativo de Licitações e Contratos (ILC)*; *Revista de Compras Públicas (Capacitar)*; *Revista Diálogo Jurídico*; *Revista Governet – Revista do Administrador Público*; *Revista O Pregoeiro*; *Revista Negócios Jurídicos*; *Boletim de Licitações e Contratos (BLC)*; *Revista Síntese de Direito Administrativo*; *Boletim Jurídico Adcoas*; *Revista Lex de Direito*; entre outros.

No magistério, destaca-se na importante tarefa de apresentação de seminários e cursos de aperfeiçoamento e especialização em diversas instituições de ensino, tais como Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Universidade Gama Filho (UGF); Universidade Candido Mendes – UCAM (CCCM); Lex Magister Cursos Jurídicos; Instituto Superior de Aperfeiçoamento Profissional (IESAP); Faculdade Béthencourt da Silva (FABES); Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (COAD); Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CEAP); Materko Seminários; FUMTEX Treinamentos; Centro de Instrução Almirante Newton Braga de Faria (CIANB), entre outras, além de inúmeros cursos *in company*.

<www.sidneybittencourt.com.br>

SUMÁRIO DO LIVRO:

PREFÁCIO

Gina Copola

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO

Sergio I. Bittencourt

NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO

APRESENTAÇÃO

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

LEGISLAÇÃO

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998

Medida Provisória nº 2.163-41, de 23 de agosto de 2001

Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008

Constituição da República Federativa do Brasil (Dispositivos pertinentes)

REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO